



# SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

08/03/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

## Informalidade no mercado de trabalho cresce mais em estados de maior renda

A informalidade no mercado de trabalho cresceu com mais força nos estados mais ricos entre 2016 e 2018. Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Distrito Federal e Minas Gerais registraram alta do trabalho informal acima da média nacional, de 1,8% no período. Rio Grande do Norte e Sergipe, estados com renda menor, completam o grupo.

Entre os três estados que lideram as altas, a expansão do trabalho informal alcançou mais do que o dobro da média nacional, chegando a 4,7% (ES), 4,2% (SP) e 3,9% (RJ), segundo levantamento da consultoria Tendências feito com exclusividade para a **Folha**. No total, os seis estados de maior renda tinham 16,8 milhões de trabalhadores na informalidade no ano passado ou 44,8% dos informais distribuídos por todo o Brasil. Em 2018, o país tinha 37,5 milhões de trabalhadores na informalidade de um total de 91,8 milhões de ocupados.

"Num contexto em que se discute a reforma da Previdência e se fala em uma regra geral para todos os estados, tentamos mostrar a cara do Brasil do ponto de vista do mercado de trabalho e podemos dizer que ela é bastante heterogênea", diz o economista Thiago Xavier, um dos autores do levantamento ao lado de Rayne Alves dos Santos.

Os números começam em 2016 porque o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) dispõe de alguns dados, como os relativos aos "conta-própria com e sem carteira de trabalho", somente a partir daquele ano.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 08/03/2019

## Sindicatos querem derrubar desobrigação de contribuição

Dirigentes de nove centrais sindicais decidiram entrar na Justiça para derrubar a Medida Provisória 873, editada na sexta-feira e que reforça o caráter facultativo da contribuição sindical. Também são planejadas mobilizações junto ao Congresso e às bancadas. A MP impede a aprovação, por meio de assembleias, de qualquer contribuição dos trabalhadores aos sindicatos.

Cada funcionário terá de assinar autorização individual permitindo o desconto. O texto proíbe recolhimento via folha de salários. As entidades terão de enviar boletos a cada um dos trabalhadores que concordarem com descontos como imposto sindical e taxa negocial.

Leia mais: Jornal A Tribuna – 08/03/2019

## Privatizar é ideal? 884 serviços caros e ruins foram reestatizados no mundo

### RESUMO DA NOTÍCIA

- Reestatizações aconteceram em serviços essenciais como saneamento, energia e coleta de lixo
- Segundo o instituto, as empresas privadas priorizam lucro, aumentam preços e prestam serviços ruins
- Ao menos 55 países tiveram algum processo de reestatização entre 2000 e 2017
- Países centrais do capitalismo, como Alemanha, França e EUA lideram a lista

Desde 2000, ao menos 884 serviços foram reestatizados no mundo. A conta é do TNI (Transnational Institute), centro de estudos em democracia e sustentabilidade sediado na Holanda. As reestatizações aconteceram com destaque em países centrais do capitalismo, como EUA e Alemanha.

Isso ocorreu porque as empresas privadas priorizavam o lucro e os serviços estavam caros e ruins, segundo o TNI. O TNI levantou dados entre 2000 e 2017. Foram registrados casos de serviços públicos essenciais que vão desde fornecimento de água e energia e coleta de lixo até programas habitacionais e funerárias. "A nossa base de dados mostra que as reestatizações são uma tendência e estão crescendo", disse a geógrafa Lavinia Steinfert, coordenadora de projetos do TNI, em entrevista ao UOL. De acordo com ela, 83% dos casos mapeados aconteceram de 2009 em diante.

Término de contratos de concessão que não são renovados é a forma mais clássica de "desprivatização" que aparece entre os mais de 800 casos levantados. Rompimento antecipado de contrato, como aconteceu com a PPP (Parceria Público-Privada) do metrô de Londres em 2010, e mesmo recompras milionárias de infraestruturas que haviam sido vendidas, como vêm fazendo diversas cidades alemãs com suas distribuidoras de energia, são outros tipos de reestatizações que também estão acontecendo. O levantamento do TNI encontrou processos do gênero em 55 países em todo o globo. Alemanha, França, EUA, Canadá, Colômbia, Argentina, Turquia, Mauritânia, Uzbequistão e Índia são alguns deles.

Todos eles foram compilados no relatório "Reconquistando os serviços públicos", e uma parte também pode ser acompanhada pelo "Rastreador de remunicipalizações", mapa interativo do TNI com as reestatizações do setor de água (ambos em inglês). Veja abaixo exemplos nos cinco países que lideram a lista e o número de reestatizações já registradas em cada um deles.

### ALEMANHA - 348 REESTATIZAÇÕES

O grosso dos processos na Alemanha aconteceu no setor de energia: dos 348 serviços que voltaram das mãos privadas para a estatal nas décadas de 2000 e 2010, 284 envolviam abastecimento de eletricidade, gás ou aquecimento. No geral, o governo havia vendido parte ou a totalidade das redes municipais para investidores privados entre a década de 1990 e início dos anos 2000, mas passou a comprá-las de volta de 2007 em diante. Foi o caso de Hamburgo, onde a população decidiu em um referendo, em 2013, que queria a reestatização das redes locais de energia. A compra custou cerca de 500 milhões de euros. Em Berlim, por outro lado, o mesmo pleito foi a referendo também em 2013, mas perdeu: embora 80% dos votantes tenham optado pela recompra da distribuidora privatizada, menos de 25% dos eleitores foram às urnas, o que não completou o quórum mínimo exigido.

### FRANÇA - 152 REESTATIZAÇÕES

A França foi uma espécie de estopim para os vários processos de reestatização que começaram a se espalhar pela Europa depois que Paris, em 2008, optou por não renovar a concessão dos serviços de água e esgoto da cidade. Eles eram desde 1985 administrados por duas companhias privadas (a Suez e a Veolia) e passaram para a responsabilidade da Eau de Paris, companhia municipal criada para assumir o negócio e até hoje a responsável pelo tratamento de água da capital francesa. Um estudo de 2013 da entidade de defesa dos consumidores UFC Que Choisir apontou que, consideradas as cidades francesas com mais de 100 mil habitantes, aquelas com as menores tarifas de água tinham gestão pública, enquanto as mais caras tinham, majoritariamente, administração privada. De acordo com o TNI, 152 serviços já passaram de volta da gestão privada para a estatal na França, incluindo o saneamento de 106 cidades e o transporte público de 20 delas.

**Leia mais:** <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/03/07/tni-884-reestatizacoes-mundo.htm>